

Lorena foi importante ponto de inflexão de rotas e caminhos entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro nos períodos colonial e imperial, característica presente ainda hoje e em função da qual talvez a cidade tenha se constituído em importante elo entre o Rio de Janeiro e São Paulo quanto à introdução e difusão do uso das palmeiras-imperiais na capital paulista.

Quando falamos em palmeiras-imperiais, referimo-nos a uma espécie em particular: a *Roystonea oleracea* (N. J. Jacquin) O. F. Cook, muito utilizada no século XIX e mesmo no século XX como símbolo da presença do poder constituído nos logradouros públicos das cidades brasileiras.

Freqüentemente confundida com a palmeira-real (*Oreodoxa regia* Kunth), cujo tronco possui a base alargada, bojuda, a palmeira-imperial distingue-se da anterior pelo seu tronco uniforme, com quase o mesmo diâmetro em toda a sua extensão, por volta de 62 cm, desde a base até o volumoso palmito, acima do qual surgem suas folhas. Ao contrário do que muitos acreditam, a espécie é exótica, nativa do Caribe e do norte da Venezuela, tendo realizado curioso percurso para chegar ao Rio de Janeiro, no início do século XIX, mais precisamente em 1809, quando o então Príncipe Regente D. João foi presenteado com algumas sementes da palmeira.

Durante o século XVIII tornou-se prática comum entre as nações europeias que possuíam colônias no ultramar o traslado de espécies para "jardins de aclimação", com o objetivo de se conhecer melhor as várias espécies tropicais nativas das colônias, visando a eventual exploração comercial das mesmas. Isso ocorreu, por exemplo, com o chá, a cochonilha e a lichia, oriundos da China, a manga e a noz-moscada, vindas da Índia e o abacate, oriundo da América Central. A França mantinha dois jardins de aclimação, o *Gabrielle*, na Guiana e o *Pamplemousse* na Ilha de França. Foi para lá que, junto com o abacate e outras espécies nativas das Américas e Caribe, sementes de palmeira-imperial foram enviadas e plantadas, para posterior estudo e envio para a Europa. Nessa mesma rede de intercâmbio vegetal, sementes de café foram levadas desde o Oriente Médio para a América.

Portugal também ansiava por novos produtos para exploração comercial, de modo que foram instituídos vários jardins e hortos botânicos na colônia brasileira: Rio de Janeiro (1772), São Paulo (1779), Belém do Pará (1796) e, após 1802, os hortos de Salvador e de Ouro Preto. Ao final do século XVIII, várias iniciativas oficiais foram tomadas a fim de que se transferisse e aclimatasse o maior número possível de espécies.

Já em 1808, logo após a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, foi estabelecido um jardim de aclimação ao lado da Lagoa Rodrigo de Freitas, através de decreto emitido em 13 de junho daquele ano. Esse foi o início do atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Pelo Edital da Junta do Comércio datado de 27 de julho de 1809, estariam dispensados de impostos e inclusive do serviço militar aqueles que conseguissem trazer para o Rio de Janeiro sementes ou mudas de espécies vegetais com potencial econômico. Foi assim que a palmeira-imperial chegou às mãos de D. João, por intermédio do chefe de divisão da marinha portuguesa, Luiz d'Abreu Vieira e Silva.

A fragata *Princesa do Brasil* havia naufragado no Oceano Índico. Capturados pelos franceses, Vieira e Silva e sua tripulação foram levados para a Ilha de França, atual Ilha Maurício. Lá, após negociar sua volta para o Brasil, puderam fretar o veleiro *La Ville d'Autun* e nele embarcar, sem que os franceses soubessem, vinte caixotes com sementes de plantas exóticas retiradas do *Jardin de Pamplemousse*. No Rio de Janeiro, desembarcaram sementes de noz moscada, cânfora, manga, lichia, abacate, cravo-da-índia e algumas plantas ornamentais, entre elas a palmeira-imperial.

Segundo Carlos Sarthou, historiador carioca do início do século XX, as sementes foram plantadas pelo próprio Príncipe Regente e a partir de então a única palmeira que vingou ficou conhecida popularmente como palmeira real ou palmeira imperial. Recebeu o nome de *Palma Mater* porque todas as palmeiras existentes no Rio de Janeiro e, por conseguinte, no Brasil, são suas descendentes.

Assim, hoje, quando se admira as famosas aléias do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, os renques que emolduram muitas das fazendas de café do Vale do Paraíba, ou os conjuntos plantados nas praças centrais de várias cidades Brasil afora, está a se admirar as filhas, netas ou bisnetas da *Palma mater*, que viveu por 163 anos, até que em 1972 um raio a atingisse. Outro exemplar foi plantado em seu lugar e passou a ser denominado *Palma filia*.

[INSERIR AQUI FIGURA 1]

Fig. 1 – A Palma filia no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Fotografia, 2009. Fonte: Acervo da autora

[INSERIR AQUI FIGURA 2]

Fig. 2 – Placa comemorativa do plantio da Palma filia, em 1973. Fotografia, 2009. Fonte: Acervo da autora

Como a palmeira despertava a atenção de todos que visitavam o Jardim Botânico e, ao mesmo tempo, era objeto da dedicação pessoal de D. João VI, ficou-se como política das sucessivas diretorias do

Jardim, mesmo após a Independência, a preservação do monopólio da instituição sobre a espécie, promovendo-se, anualmente, a queima das sementes das palmeiras-imperiais.

Mesmo assim, as palmeiras foram se difundindo pelo Rio de Janeiro e seus arrabaldes. Provavelmente isso se deu pela ação dos escravos do Jardim Botânico, que recolhiam sementes clandestinamente para vender a 100 réis a unidade. Outro vetor de difusão das palmeiras pode ter sido o hábito de D. Pedro II de usar as sementes da palmeira como símbolo de proximidade ao poder e lealdade à coroa, disso resultando a sua presença nos jardins dos solares e fazendas da nobreza do Império brasileiro.

Desse modo, depois de algum tempo, a espécie vincula-se definitivamente à imagem do poder monárquico, à idéia de nobreza, distinção e classe. Essa associação é tão forte, que mesmo textos de caráter técnico como manuais brasileiros e estrangeiros de botânica e horticultura incluem tais atributos em suas descrições da espécie, como podemos observar em *Palmeiras no Brasil*, de Harri Lorenzi (1996) e no internacionalmente reconhecido *Tropica*, de Alfred Byrd Graf (1986) que utilizam os termos “imponente”, “símbolo aristocrático” e “majestic”, atributos esses também presentes na arquitetura neoclássica, e, no caso fluminense particularmente, naquela trazida e ensinada por Grandjean de Montigny, arquiteto integrante da Missão Artística Francesa de 1816.

Curiosamente, também as palmeiras eram comparadas à elementos da arquitetura clássica, Tal foi o caso de Charles Ribeyrolles, que em sua obra *Brasil pitoresco*, registra a admiração pelo efeito que lhe causou o encontro, em 1858, com as famosas palmeiras:

Nesse jardim, pobre em espécies, deficiente quanto à ciência, se ostenta dupla colunata como jamais tiveram palácios e templos. É uma aldeia [sic] de palmeiras em dois renques. Regularmente espaçadas, cheias em baixo, de fuste esbelto, abrem-se em capitel numa coroa de flores. Nunca cabeças de fidalgos ostentaram tão belas plumagens. Lá estão elas de guarda, noite e dia, imóveis como mármore. Aos raios do luar, à vista desses alvos espectros, dir-se-ia uma enfiada de colunas tebanas.

Esse primeiro aspecto da grande alameda ao mesmo tempo encanta e impressiona. Não se quer ver nem procurar mais nada. Faz-se a corte às palmeiras.

Em *Viagem ao Brasil*, o livro que narra as impressões do casal Agassiz, há uma gravura da mesma aléia, feita a partir de uma fotografia de Augusto Stahl, tirada por volta de 1865, acompanhada do seguinte comentário:

O que empresta, porém, a esse jardim uma fisionomia talvez única no mundo é a sua longa e feérica aléia de palmeiras, cujas árvores têm mais de oitenta pés de altura¹. [...] Retos, rígidos, polidos como fustes de granito gigantesco, semelham, no deslumbramento duma visão, a colunada sem fim de um templo do velho Egito.

Assim ocorreu a sua disseminação, associada à idéia da nobreza da linguagem neoclássica.

[INSERIR AQUI FIGURA. 3]

Fig. 3 – Palmeiras em renque no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Fotografia, 2009. Fonte: Acervo da autora

Supõe-se que o plantio foi intensificado e deve mesmo ter se tornado moda na cidade a partir da década de 1840 ou 1850, o que coincide com a maioridade de D. Pedro II e a necessidade do fortalecimento simbólico do II Império.

Se isto for verdade, pode ser procedente a história segundo a qual as sementes da palmeira foram distribuídas aos súditos como sinal de proximidade ou lealdade ao poder central, afinal é nesse período que se inicia a distribuição de títulos de nobreza. Uma tentativa, pode-se supor, de formar uma corte afinada com o jovem imperador.

[INSERIR AQUI FIGURA. 4]

Fig. 4 – Palmeiras-imperiais na Fazenda Ibicaba, plantadas, provavelmente, nas últimas décadas do século XIX, Limeira, São Paulo. Em primeiro plano, o terreiro de sacagem do café. Fotografia, 2008. Fonte: Acervo da autora

Somente na década de 1850, foram distribuídos um total de 160 títulos. A generosidade dessa distribuição “pode ser explicada pelo desejo de prestigiar a classe dos senhores de engenho e fazendeiros de café, em um momento em que a grande lavoura se afirmava como a maior propulsora do volume e do valor da balança de exportações”, como afirma o historiador Carlos Eugênio Marcondes de Moura, em seu livro *O Visconde de Guaratinguetá* (2002). Então, porque não também distribuir um símbolo que conferisse visibilidade, de fato, ao agraciado ?

Por essa época o café já se tornara um produto rentável ocupando grandes áreas da província fluminense e, extravasando suas fronteiras, estava sendo plantado em Minas Gerais e no Vale do Paraíba paulista. A configuração paisagística baseada no Jardim Botânico do Rio de Janeiro será repetida nas cidades e fazendas da porção fluminense do Vale.

Tempos depois, obtidos os primeiros lucros da cultura cafeeira na porção paulista, as palmeiras também serão utilizadas em toda a sua extensão, difundindo-se no sentido Bananal – São Paulo. Em paralelo, formava-se uma elite abastada, que passa a investir nos núcleos urbanos valeparaibanos como forma de demonstração de poder e prestígio local.

De fundamental importância foi a atuação do baronato local e o papel que desempenhou para o desenvolvimento das sociedades vale-paraibanas, financiando boa parte dos melhoramentos urbanos e agindo na propagação do novo gosto europeizado vindo da corte ou diretamente da Europa.

Os “Barões do café” agiram no sentido de melhorar não só as condições de vida dentro de suas casas, como também transformar a vida da cidade em geral, pelo financiamento de melhoramentos, quer fossem em termos de infra-estrutura, quer em termos de ornamentação. Para tanto, a transformação dos espaços públicos passava pela negação do modelo colonial, das origens.

Os Moreira Lima e os Vicente de Azevedo, dois ramos da família Castro Lima, foram os promotores da transformação da paisagem urbana de Lorena a partir de meados do século XIX. Várias ações concorreram para esse processo: regularização do arruamento, abertura de novos logradouros, pavimentação, iluminação, pontes sobre o Rio Paraíba e o Ribeirão Taboão, introdução de um código de posturas, criação de praças e seu ajardinamento, construção de novos edifícios; a instituição da Santa Casa de Misericórdia, de escolas masculina e feminina e de um asilo, além do Engenho Central.

É a partir da década de 1830 que as mudanças se iniciam, sob a influência cada vez maior da família Castro Lima. Em 1877, estabelecida a ligação ferroviária entre o Rio de Janeiro e São Paulo, as novidades passam a chegar do Rio mais rapidamente – novas modas, tecidos, livros e literatura, música, mobiliário, materiais de construção e acabamento, enfim, toda uma série de inovações estavam agora a poucas horas de Lorena.

Joaquim José de Moreira Lima é feito conde justamente pelos seus investimentos constantes em obras de caráter público e, ao lado do Conde de Santo Agostinho, de Taubaté, são os únicos, na região, amercados com essa alta comenda.

Era preciso estar mais próximo da Corte e dos hábitos cortesãos, intenção esta refletida, especificamente, em Lorena, pelo tratamento dispensado às praças da Imperatriz, da Matriz e à Rua Direita (atuais Dr. Arnolfo de Azevedo, Praça Baronesa de Santa Eulália e Rua Viscondessa de Castro Lima, mais popularmente conhecida como Rua das Palmeiras), que passam a abrigar renques de palmeiras imperiais, a exemplo dos existentes no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e em vários logradouros daquela cidade.

[INSERIR AQUI FIGURA. 5]

Fig. 5 – Palmeiras-imperiais plantadas ao longo da Rua das Palmeiras. Em primeiro plano, ponte metálica importada da Bélgica sobre o Ribeirão Taboão. Reprodução de cartão-postal datado de 1915. Fonte: *Lorena no século XIX*, José Geraldo Evangelista (1978).

A continuidade visual obtida pelo alinhamento das ruas e reforçado pela presença da nova ponte metálica importada da Bélgica, regulariza o eixo que liga o Largo da Matriz ao Cemitério, o qual ganhará destaque na paisagem urbana lorenaense a partir do plantio, em 1884, das palmeiras imperiais, resultando em impressionante composição paisagística (FIG. 4 e 5), muito próxima ao efeito alcançado pela aléia de palmeiras do Jardim Botânico carioca ou no conjunto plantado junto ao Canal do Mangue, também no Rio de Janeiro.

[INSERIR AQUI FIGURA. 6]

Fig. 6 – Palmeiras em renque ao longo do Canal do Mangue, Rio de Janeiro. Estereografia, Keystone, c.1920. Fonte: Acervo da autora

No mesmo ano de 1884 foram plantadas as palmeiras do Largo da Matriz, núcleo inicial da cidade. Aí, a plantação obedece à disposição “em aléia”, seguindo o modelo carioca, que tanto impressionava seus visitantes. O efeito também causa impacto: as palmeiras emolduram a nova Matriz, elevando todo o largo a uma escala monumental. Os exemplares do Largo Imperial foram plantados entre 1888 e 1890. Através de doação do Ministério da Agricultura, foram trazidas de trem desde a Corte.

[INSERIR AQUI FIGURA 7]

Fig. 7 - *Vista parcial Lorena E. S. Paulo*. Fotografia realizada a partir da Delegacia de Polícia. À direita, o conjunto de palmeiras do Largo Imperial, atual Praça Arnolfo de Azevedo. Ao centro, a Igreja Matriz e as palmeiras de seu largo e bem à esquerda, quase imperceptível, uma das palmeiras da Rua das Palmeiras, anteriormente Rua da Viscondessa. Ao fundo, recortando o horizonte, a Serra da Mantiqueira. Foto: Anônimo, c.1940. Fonte: acervo da autora.

Outras cidades do Vale do Paraíba também possuíam palmeiras a ornamentar seus espaços públicos, como Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Bananal, entre outras. A especificidade do caso de Lorena reside na sua relação com o início da utilização dessa espécie na cidade de São Paulo.

Não há registros da existência de palmeiras-imperiais na cidade de São Paulo antes das transformações mais relevantes ocorridas no seu espaço físico promovidas pelas administrações da Primeira República. Isso se deve ao fato de que a cidade era ainda muito pobre em termos materiais, situação que só se modificou graças à chegada dos capitais provenientes da cultura cafeeira e, sem dúvida, pela instalação da ferrovia, proporcionando o rápido escoamento do café ao Porto de Santos, consolidando-se São Paulo como a principal praça comercial do país.

Unindo a pujança comercial e industrial e a austeridade do novo momento político, a fórmula consagrada no Rio de Janeiro imperial: edifícios revestidos da severidade neoclássica e o tratamento dos espaços públicos centrais. Seu mais acabado exemplo é o Parque do Anhangabaú, que anexou e ampliou a

esplanada do Teatro Municipal, construído entre 1903 e 1911 e onde foi plantado belíssimo renque de palmeiras-imperiais, que de imediato tornou-se o cartão postal da cidade.

Em 1883, Carl von Koseritz, que conhecia e admirava o emprego da espécie no Rio de Janeiro, atribuiu a ausência das palmeiras imperiais em São Paulo ao clima local, menos propício para uma espécie nativa de zonas tropicais.

Adolfo Pinto, engenheiro e memorialista paulistano, escreveu, em suas anotações do ano de 1912, sobre o que se supõe ser o primeiro exemplar de palmeira-imperial da cidade de São Paulo: “[...] à rua Aurora, nº 80 vêm-se dois exemplares plantados pelo sr. Pedro Vicente de Azevedo, que ostentam o mesmo garbo e completo desenvolvimento dos mais belos tipos cariocas”. Em uma das fotos constantes do álbum que registra a construção do Viaduto Santa Efigênia, pode-se observar à esquerda da igreja de mesmo nome, ao fundo, um exemplar de *Roystonea oleracea*. Não há como confirmar, mas pelo seu posicionamento e pela data da foto, 1912, pode-se supor que se tratava do exemplar referido por Adolfo Pinto.ⁱⁱ

Através dessa referência, é traçada a genealogia do recurso paisagístico utilizado num dos principais cartões postais paulistanos, a Praça Ramos de Azevedo, pois a propriedade referida era a chácara do ex-presidente da Província de São Paulo, pertencente à elite cafeeira lorenense a qual promoveu o embelezamento dos logradouros da cidade valeparaibana, na segunda metade do século XIX, inspirados nos exemplos da corte do Rio de Janeiro.

Coincidência ou não, certamente Pedro Vicente de Azevedo deve ter mandado plantar algumas mudas dos exemplares lorenenses em sua propriedade na capital, quando assumiu a última presidência da Província do Império, entre 1888 e 1889, e para cá se transferiu, contribuindo para a inserção da espécie na paisagem paulistana do início do século XX.

Como a pesquisadora Eliane Guaraldoⁱⁱⁱ afirma, “a palmeira imperial foi, assim, incluída na paisagem paulistana associada a um dos símbolos da riqueza trazida pelo café: o teatro, o lugar do espetáculo. Foi um elemento qualificador de um espaço previsto para se tornar símbolo da capital”.

Pelo menos vinte anos antes, a espécie havia sido utilizada para os mesmos fins, ou seja, qualificar os espaços públicos lorenenses para equipará-los aos novos edifícios que vinham sendo construídos em substituição aos velhos casarões do período colonial. Um enobrecimento da paisagem urbana lorenense, para uso da elite cafeeira.

[INSERIR AQUI FIGURA 8]

Fig. 8 - Praça Ramos de Azevedo, com Teatro Municipal e as palmeiras imperiais. Foto: Manguie, 2005. Fonte: Flickr, disponível em <<http://www.flickr.com/photos/manguie/75739755/>>

Para saber mais:

AGASSIZ, L. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. São Paulo: EDUSP, 1975

BARRETO, A. M. *Lorena: aspectos históricos da Câmara Municipal*. Lorena, SP: Stiliano, 1998

EVANGELISTA, J. G. *Lorena no século XIX*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978 (Coleção Paulística, v.7)

MOURA, C. E. M. D. *O Visconde de Guaratinguetá: um fazendeiro de café no Vale do Paraíba*. rev. e ampl. São Paulo: Studio Nobel, 2002

RIBEYROLLES, C. *Brasil pitoresco: história, descrições, viagens, colonização, instituições*. São Paulo: Ed. Itatiaia: Edusp, 1980

SARTHOU, C. *Relíquias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu S. A., 1965, 153 p.

TOLEDO, B. L. D. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac & Naify / Duas Cidades, 2004

Notas

ⁱ Aproximadamente 24,50m.

ⁱⁱ O Álbum encontra-se hoje depositado na Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

ⁱⁱⁱ Eliane Guaraldo é autora da Tese *Repertório e identidade: espaços públicos em São Paulo, 1890-1930* defendida na Universidade de São Paulo em 2002.